

A POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA AÇÃO COLABORATIVA ENTRE DOCENTES: INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA REDE MUNICIPAL DE FORTALEZA

Cássia Eufrasia da Silva Costa ¹
Eugenio Eduardo Pimentel Moreira ²

RESUMO

Objetiva-se contribuir para a articulação entre professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE e professor da sala de aula comum - PSC no que se refere à inclusão do aluno com deficiência intelectual -DI, em seus processos de ensino e aprendizagem no Fundamental dos anos finais. A pesquisa aborda alguns questionamentos: como promover a prática de acessibilidade atitudinal na sala de aula comum para o aluno com DI? como contribuir com estratégias colaborativas entre os professores baseado na prática da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI e ter salas inclusivas? Identifica-se a desarticulação entre os docentes do município de Fortaleza para prática de inclusão de alunos com deficiência intelectual - DI de forma efetiva. A abordagem é qualitativa, o método é de pesquisa-ação ocorrendo com o trabalho colaborativo e articulado pelo professor de AEE, ao PSC nos planejamentos por área. O lócus da pesquisa abrange duas escolas de Ensino Fundamental, que compreendem as séries 6º, 7º, 8º e 9º anos, e a investigação é desenvolvida em três fases. A primeira é exploratória, e envolve a colocação dos problemas e a realização de um seminário. A segunda fase configura um trabalho de campo com entrevistas, questionários e oficinas em serviço aos 2 professores de AEE e 27 professores PSC . Por fim, a terceira fase compreende a análise do material empírico e documental obtido na etapa anterior, com base no método Análise de Conteúdo. Conclui-se que para ter salas de aula inclusivas baseada na PNEEPEI, o articulador professor do AEE colabora no momento de planejamento com o professor de sala comum a partir dos planejamentos permitindo o diálogo contínuo. A formação em serviço com oficinas nos planejamentos auxilia na inclusão do aluno com DI.

Palavras-chave: Política educacional inclusiva, Deficiência Intelectual, Formação de Professores, Oficinas.

¹ Mestra em Ensino e Formação Docente – PPGEF, Instituto Federal do Ceará IFCE - UNILAB, cassiaazul2@gmail.com

² Pós-doutorado em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal do Ceará - IFCE. eugenio.moreira@ifce.edu.br

INTRODUÇÃO

Dados do censo escolar 2019 confirmam que o município de Fortaleza é a terceira maior rede do País e a primeira do Norte Nordeste em Educação Inclusiva, neste mesmo ano, registrou-se um aumento no número de matrículas na modalidade, com acréscimo de 22,5% que representa 1.646 vagas disponibilizadas à população com deficiência (FORTALEZA, 2020).

Diante deste cenário, compreende-se que professores da atual conjuntura necessitam estar formados e preparados para trabalhar com este público na sala de aula comum, tendo práticas inclusivas para alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA), com altas habilidades e superdotação, tornando a educação inclusiva para todos, de forma efetiva na escola, evitando depósitos de alunos sem vias de acessibilidade para uma inclusão, evitando também atitudes capacitistas e excludentes (COSTA; SOUSA; PEREIRA, 2021 apud COSTA et al., 2022).

Embora a política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva tenha sido publicada em 2008, ainda há grandes barreiras atitudinais para prática inclusiva na escola (COSTA et al., 2022, p. 2). O estudo aborda o seguinte problema: a desarticulação entre os docentes mediante trabalhos colaborativos no ensino regular do município de Fortaleza, em praticar a inclusão de alunos com deficiência intelectual³ de forma efetiva a partir da política de educação especial na perspectiva inclusiva.

Como intervir com estratégias pedagógicas colaborativas entre professor da sala comum e professor da sala de recurso multifuncional, para que se possa viabilizar a prática da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual? Como promover a prática da acessibilidade atitudinal⁴ na sala de aula comum para o aluno

³ Deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html> acesso em: 18 set 2024

⁴ Descrição por Sousa(2022), conceito de acessibilidade dentro do contexto geral de uma sociedade inclusiva, incluindo o fragmento educacional, não pode ser entendido somente como arquitetônica, ou comunicacional. Devendo portanto, ser reconhecido seu aspecto atitudinal, visto que atitudes de exclusão

com deficiência intelectual? Hipótese: os docentes do ensino regular do município de Fortaleza desconhecem a política de educação inclusiva e assim apresentam dificuldades de praticarem inclusão de alunos com deficiência intelectual de forma efetiva.

O objetivo geral, promover articulação entre professores do AEE e da sala comum do Ensino Fundamental - Anos Finais. Específicos, propor planejamento das aulas com intervenção do professor do AEE, permitindo a reflexão sobre as fragilidades dos alunos com deficiência intelectual. Identificar as concepções dos professores das salas de aula comuns sobre inclusão e atuação do professor do AEE. Promover oficinas de inclusão em serviço aos docentes de salas de aula comum de forma colaborativa com o apoio de professores do AEE. A pesquisa tem natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivo exploratório. “Essa abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, dos motivos, das inspirações das crenças dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p.22). O método é de pesquisa-ação ocorrendo com o trabalho colaborativo e articulado pelo professor de AEE, ao PSC nos planejamentos por área. Na pesquisa ocorre a análise da Política Educacional de Inclusão, as regulamentações, os sujeitos deste processo, a prática atual dos docentes em suas práxis interdisciplinares no ambiente escolar.

Identifica-se que para ter salas de aula inclusivas baseada na PNEEPEI, o articulador professor do AEE colabora no momento de planejamento com o professor de sala comum a partir dos planejamentos permitindo o diálogo contínuo. A formação em serviço com oficinas nos planejamentos auxilia na inclusão do aluno com DI.

METODOLOGIA

Lócus da pesquisa, duas escolas dos anos finais do Ensino Fundamental, que compreende as séries 6º, 7º, 8º e 9º anos. A pesquisa tem abordagem qualitativa, o método é de pesquisa-ação, tendo 27 professores que participaram da pesquisa. Os sujeitos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido -TCLE, autorizaram o uso dos dados para a pesquisa.

e discriminação podem ser caracterizadas como barreiras. Anais Coninter VII, disponível em <https://www.even3.com.br/anais/viiconinter2018/113631-acessibilidade-atitudinal--o-que-ainda-se-faz-necessario-para-que-a-pessoa-com-deficiencia-seja-respeitada/aceso> em: 10 ago 2024

pesquisa-ação é contribuir para o melhor equacionamento do problema. Levantar soluções e propostas de ações para resolução do problema, contribuir para a situação da ação estudada, obter informações da situação estudada, obter informações de difícil acesso, desenvolver a consciência coletiva nos planos políticos e culturais e produzir conhecimento (SILVA; OLIVEIRA; ATAÍDES, 2021, p.5).

A pesquisa é dividida em três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise de conteúdo com o tratamento do material empírico e análise da política inclusiva. As técnicas e instrumentos de coleta de dados: registro de fotos, documentos, questionários com o público de professores da sala comum e professores da sala de recurso multifuncional (SRM) que foram realizadas individualmente com instrumental impresso e on-line, entrevistas focadas e semiestruturadas ao professor da sala de recurso multifuncional de forma presencial. Para analisar os dados, adotou-se o método de Análise de Conteúdo.

A técnica análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2004), preza pelo rigor metodológico sendo desenvolvida de maneira sistemática, a partir de três fases: 1) Pré-análise, leitura flutuante (conhecer o texto), escolha dos documentos, reformulações de objetivos, hipóteses e a formulação de indicadores; 2) Exploração do material, categorização ou codificação, criação das categorias; 3) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação dos resultados (SOUSA; SANTOS, 2020).

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão é um direito de todos, tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2011), em seu Art.205, *in verbis*: “a educação como direito de todos e dever do estado e da família, visando o pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. No Art.206, inciso I, da Constituição Federal, está preceituada a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e, no Art. 208, inciso III, é assegurado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A política educacional especial na perspectiva inclusiva de 2008, fundamentada nesses dispositivos constitucionais supracitados, tem como objetivo:

O acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas

escolas regulares. Orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.8).

Nesse contexto, a inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humana. De acordo com MANTOAN (2003), a escola não está limitada, apenas, à inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino:

e sim a todos os alunos, com e sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns, e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aulas do ensino regular. Motivando um profundo redimensionamento nos processos de ensino e de aprendizagem (MANTOAN, 2003, p.42).

Segundo as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços assim como orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem, nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.10).

A nota técnica nº 04/2009 institui diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, no Art.13, inciso VII, ao estabelecer articulação com professores da sala comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos bem como da acessibilidade e das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009). Essa articulação entre professores contribui para o trabalho colaborativo, que resulta na equidade dentro da escola e no respeito às diferenças de todos os alunos envolvidos.

O aluno com Deficiência Intelectual (DI), necessita da mediação do professor, e com o trabalho colaborativo utilizando o Plano de AEE⁵, se torna acessível esta mediação.

Os professores do AEE e das salas de aula do ensino comum podem colaborar entre si na realização de atividades propostas no Plano de AEE. Outra função dos professores de AEE é propor formações em serviço, nas quais informam toda equipe escolar sobre o trabalho que estão realizando com alguns alunos. Ele organiza momentos de discussões em que os professores refletem sobre possibilidade de atuarem em conjunto e colaborativamente para o sucesso do estudante (MANTOAN; LANUTI, 2022, p. 70).

É por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores. O aluno com DI possui fragilidades perceptivas na memória, tendo dificuldades de aprendizagem e oscilações na memória de longo prazo, repercutindo em dificuldades na assimilação de conteúdos acadêmicos. Por isso, os conteúdos acadêmicos (português, matemática, história, religião, ciências, educação física e inglês) devem ter sentido para sua compreensão para que funções psíquicas elementares possam evoluir na construção de construtos para funções psíquicas superiores.

Nesse sentido, é revolucionário, ao mostrar que o desenvolvimento, por meio das relações sociais, pode se sobressair aos defeitos orgânicos. E, assim, defende que as formas de compensação ao defeito podem ser engendradas pelo contexto social, teoria que dá sustentação aos propósitos da Educação Inclusiva atual (OLIVEIRA; BUENO, 2021, p.17).

Vygotsky na perspectiva da teoria da psicologia histórico-cultural, traz a discussão sobre o desenvolvimento e aprendizagem humana. Mostra que o homem não é apenas um ser biológico. As etapas do desenvolvimento humano não ocorrem apenas em função da formação biológica (OLIVEIRA; BUENO, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebe-se, com esta análise, que, através do conhecimento da PNEEPEI, pode-se reconhecer a importância da articulação do professor de AEE na escola, evidenciando as possibilidades de intervenção nos planejamentos do professor de sala comum, tornando o PSC um profissional com conhecimento sobre como agir e criar estratégias para este

⁵ Plano de Atendimento Educacional Especializado é construído pelo professor do AEE, a partir do estudo de caso, para complementar o ensino comum, tendo o objetivo desenvolver as potencialidades do aluno e derrubar as barreiras encontradas pelo aluno dentro da escola.

aluno. Esta ação colaborativa dos professores, no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, permite ao discente vivenciar o seu pertencimento dentro da sala de aula comum, realizando atividades e participando das discussões.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um avanço no processo de inclusão no Brasil, superando a Política de 1994, que visava, apenas, à integração dos alunos que conseguiam acompanhar os estudantes ditos normais dentro da escola de ensino regular.

A PNEEPEI de 2008 aborda a inclusão de todos os alunos, apresentando uma escola com viés acolhedor. A opinião dos professores sobre esta política resulta em 24% dos professores, informando que esta política consegue promover a educação de qualidade a todos os alunos e ressaltando que, ao conviver com os alunos na escola pública, todos aprendem e ganham. Não dá para construir uma sociedade mais inclusiva com as escolas especiais. É um processo em construção, pois, ainda, precisamos divulgar e, ainda, aprender muito.

Outra parte dos pesquisados, 48%, informa que a política, ainda, não promove uma educação de qualidade para todos, apesar dos grandes avanços na área, os problemas estruturais impossibilitam a total aplicação da política. A política não pensa em uma maior assistência tendo em vista o número de alunos em sala.

Além disso, falta formação adequada e tempo para que se possa realizar uma ação eficaz em sala de aula. A política inclui um importante profissional, o professor de AEE, que tem a função de articulação nos espaços da escola. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 reitera o enfoque inclusivo assegurando que é fundamental o AEE estar articulado ao ensino comum, no sentido de construir condições de interação do estudante com o currículo comum. E, sobre o planejamento, para a tender todos os alunos da sala, 73,07% dos pesquisados responderam que não conseguem planejar a contento, e 26,92% expuseram que conseguem; estes tiveram alguma orientação do professor de AEE. Percebe-se que poucos conseguem realizar o planejamento para a especificidade dos alunos e, para que isso ocorra, é necessária uma ação colaborativa na escola.

O tempo disponibilizado ao professor de AEE para o planejamento auxilia a inclusão na escola. Mas, nem sempre os dois profissionais concluem o planejamento dos alunos naquele ato de planejar, então se percebe que o professor do AEE, após o planejamento da semana, necessita ter uma contínua relação de diálogo para que a contribuição, de fato, seja alcançada. Às vezes, esse diálogo ocorre em outros momentos, em outros espaços da escola, como secretaria, corredor, refeitório e no momento do

cafezinho. As contribuições desta ação colaborativa ultrapassam o dia de planejamento e, quando isso ocorre, o resultado é salas de aula acolhedoras, tornando possível a reflexão do professor ao planejar as atividades para turma, levando em consideração que todos os alunos precisam ser desafiados e participarem do processo de ensino, derrubando barreiras nas atividades de sala de aula, como leitura, escrita e cálculos.

Desse modo, considerando a fala dos pesquisados, ainda é muito difícil incluir o aluno como se espera a Política, e esta, no momento, ainda não está a contento de todos pesquisados, mas permite ações em que o aluno com deficiência se percebe em alguns momentos participando das atividades como os demais. Com isso, faz-se necessária a observação do professor de AEE, na sala comum, para identificar quais barreiras atitudinais estão ocorrendo. Nesse sentido, a observação não é no sentido de intervir no ensino do professor, e sim de ter informações que subsidiem a sua reflexão e a intervenção no planejamento com o professor de SC.

O princípio da Política atual aborda o valor da equidade, visando garantir que os alunos com DI possam ter oportunidades, considerando suas diferenças. Nesta circunstância, a Política municipal de Fortaleza tem disponibilizado o assistente de inclusão, profissional voluntário que tem a função de auxiliar na inclusão deste aluno em sala comum, na leitura, na escrita, na apresentação de seminários e na realização de atividades avaliativas. Estas ações permitem o maior diálogo entre os docentes e torna contínua a assiduidade do aluno na escola, evitando a evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, utilizando a oficina como prática contínua dentro da escola, é possível entrelaçar a teoria e a prática, ação em que o professor da sala comum traz a vivência e os desafios do “chão da escola” da sua realidade em sua essência, partindo do ambiente de trabalho em seu olhar subjetivo com uma delimitação micro da escola que atua, para compreensão, reflexão e conhecimento de uma política nacional construída para necessidades de um olhar macro. Assim, a política busca ser orientação objetiva na atuação inclusiva nacional e permitir que as escolas “falem a mesma língua” quando se referir à inclusão, possibilitando:

- I. organização da sala de aula para atividades cooperativas entre os alunos, contemplando a equidade (a igualdade de oportunidades) e favorecendo a inclusão de todos os alunos;

- II. atividades de sala que possam contemplar todos os alunos, buscando realizar conexões com o contexto do aluno, a fim de proporcionar as suas potencialidades na arte e na oralidade;
- III. sentimento de pertencimento à sala de aula comum, com a sala de recurso multifuncional como espaço complementar ou suplementar ao seu desenvolvimento e sua frequência assídua na sala de aula com outros alunos da sua faixa etária;
- IV. o mesmo conteúdo para todos, respeitando o nível cognitivo do aluno e permitindo a flexibilização assim como o apoio de recurso pedagógico para se alcançar o objetivo de aprendizagem do aluno;
- V. o diálogo entre os docentes e um maior compartilhamento de informações sobre o aluno, possibilitando a construção de atividades que valorizem a sua participação, evitando a sua exclusão;
- VI. a avaliação do aluno com deficiência intelectual, percebendo diversas oportunidades em sala de aula, identificando o ponto inicial do aluno e o professor se vendo como mediador do processo para auxiliá-lo a alcançar suas funções cognitivas superiores.

Considera-se que o estudo apresentou a Educação Especial na perspectiva inclusiva, ressaltou a formação do professor para essa prática e apontou a importância do professor do AEE na escola de ensino regular, para a articulação dentro da comunidade escolar (professores, funcionários, gestores, alunos e pais de alunos), tornando a escola um ambiente permanente de conscientização neste processo de inclusão, afinado com sua diversidade.

Desta forma, enfatiza-se, também, a necessidade da existência e da permanência de profissionais que possibilitam a inclusão na escola, como o profissional de apoio escolar, que, de acordo com a nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010, tem atribuição de prestar auxílio aos estudantes que não realizam as atividades de locomoção, higiene e alimentação com autonomia. Esse assistente atua no fortalecimento das ações inclusivas, contribuindo para assegurar as condições para o pleno acesso e participação dos estudantes com deficiência, nas diversas atividades desenvolvidas no contexto escolar, assegurando: o atendimento das necessidades específicas dos estudantes; o serviço de psicologia escolar, que supervisiona os estagiários de psicologia, que contribuem com ações desenvolvidas pelos professores de AEE nas salas de recursos multifuncionais; o estagiário de pedagogia com atribuição de auxiliar os estudantes nos processos educativos

e o professor de AEE na execução do Plano de AEE; e os estagiários de psicologia escolar, auxiliar aos estudantes nos processos de desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas, de acordo com suas potencialidades.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta pesquisa aos alunos da Rede Municipal de Fortaleza, que possibilitaram-me desbravar novos caminhos na Educação Especial, ensinando-me a ver as barreiras que necessitam ser superadas e derrubadas no ensino regular.

REFERÊNCIAS

COSTA, C. E. da S.; ARAÚJO, E. A.; SABOIA, R. C.; SOUZA, A. M. da C. .; PAIM, I. de M. . Aplicabilidade da ferramenta Project Model Canvas para o gerenciamento do projeto de oficinas na escola: práticas da política nacional inclusiva na formação docente. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. e404111638313, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i16.38313. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38313>. Acesso em: 9 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. *In*: Glossário de Acessibilidade da Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [202-?]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html> acesso em: 27 ago 2024.

FORTALEZA, é primeiro lugar em cobertura percentual de matrículas de tempo integral no Brasil. **Fortaleza**, 06. jan. 2020. Educação. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-e-primeiro-lugar-em-cobertura-percentual-de-matriculas-de-tempo-integral-no-brasil> . Acesso em: 27 ago

2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M.T.E., LANUTI, J.E.O.E. **A escola que queremos para todos.** Curitiba: CRV, 2022.

SILVA, A. A. F; OLIVEIRA, G.S; ATAÍDES, F. B. pesquisa-ação: princípios e fundamentos. **revista prisma**, v. 2, n. 1, p. 2-15, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/39>. Acesso em: 05 jun 2024.

SOUSA, Caio. ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: O QUE AINDA SE FAZ NECESSÁRIO PARA QUE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA SEJA RESPEITADA?.. In: Anais VII CONINTER. **Anais...**Rio de Janeiro(RJ) UNIRIO, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viiconinter2018/113631-acessibilidade-atitudinal--o-que-ainda-se-faz-necessario-para-que-a-pessoa-com-deficiencia-seja-respeitada/acesso> Acesso em: 10 ago 2024.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 6 ago. 2024.

OLIVEIRA, R. C. S.; BUENO, O. M. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, [S. l.], v. 11, n. 3, 2021. DOI: 10.30681/ecs.v11i3.4529. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8851>. Acesso em: 11 jun 2024.